

DA MUSEOLOGIA SOCIAL AO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Isadora dos Santos Paiva¹
Fátima Alves²

Resumo: Neste artigo, partimos da Museologia Social, para compreender seu lugar nas sociedades atuais e para determinar seu papel no campo da Museologia. Por meio da análise dos modernos processos museológicos e das formas de pensar a museologia de forma integrada aos territórios, culturas locais e identidades, bem como pela pesquisa de novos caminhos da educação museal e patrimonial, pretendemos propor um modelo de Inventário Participativo, harmonizado à ideia de comunidades, espaços e memórias.

Palavras-chaves: Museologia Social. Patrimônio. Inventário Participativo.

Abstract: In this article, we start from Social Museology, to understand its place in today's societies and to determine its role in the field of Museology. Through the analysis of the modern museological processes and ways of thinking museology in an integrated way to territories, local cultures and identities, as well as the research of new ways of museum and heritage education, we intend to propose a Participatory Inventory model, harmonized to the idea of communities, spaces and memories.

Key-words: Social Museology. Heritage. Participatory Inventory.

¹ Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia, Universidade Federal do Piauí - isadorasantos@gmail.com

² Universidade Aberta; Centre for Functional Ecology, Science for People & the Planet, Universidade de Coimbra, Portugal
m- fatimaa@uab.pt

1. Introdução

A Museologia Social, entendida como uma nova forma de pensar e fazer museologia, está intimamente relacionada aos processos museológicos diferenciados dos convencionais, dentre os quais se destacam os museus de território, os museus de comunidade e os ecomuseus. A Mesa de Santiago do Chile, em 1972, representa um marco paradigmático na teoria museológica, refletindo sobre a forma como os museus e a sociedade se relacionam e sobre o entendimento do que constitui o patrimônio³ e a memória⁴, criando um elo entre o espaço, a comunidade e o patrimônio (Fernández, 1999).

O paradoxo atual é justamente o de delimitar até que ponto a Museologia Social é uma inovação no campo museológico ou se ela é apenas um dos múltiplos aspectos que compõem o próprio conceito de Museologia, acentuado pelos movimentos e demandas da sociedade contemporânea. Ademais, passados cerca de 30 anos de experimentação desses novos processos museológicos, ainda é controversa a clareza da diferenciação entre museus de território, museus de comunidade e ecomuseus, sendo, ainda, mais fácil, para os estudiosos e pesquisadores, determinarem os seus pontos de convergência do que os pontos de ruptura (Fernández, 1999).

Para tanto, buscou-se reunir um apanhado dos conceitos-chave que permeiam a Museologia Social, desde o seu ponto de partida com a Nova Museologia, passando pelo entendimento de termos como território, memória, identidade e patrimônio, até os novos sentidos utilizados no emprego das expressões educação museal e educação patrimonial. Dessa forma, pretendeu-se projetar mais luz sobre o tema da Museologia Social, buscando apontar suas indeterminações e obscuridades e enfatizar as suas confluências, bem como a sua relevância para o campo de estudo.

Assim, buscou-se reunir conceitos de diversos autores que se debruçaram sobre a museologia social, direta e indiretamente, tais como: Peter Davis, Odalice Priosti, Heloisa Barbuy, Waldisa Russo, Mário Chagas, Hugues de Varine, Mário Moutinho, Maria Célia Santos, Manuelina Cândido, Camila Wichers, entre outros. Esse levantamento permite problematizar o tema e propor uma metodologia de Inventário Participativo, em consonância com a Museologia Social e o seu respectivo processo educativo.

³ Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 74-75), "o patrimônio é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades, quando não é feita por particulares. A inclusão das especificidades naturais e culturais de caráter local contribui à concepção e à constituição de um patrimônio de caráter universal".

⁴ "Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas" (Nora, 1993, p. 14). Para Gomes e Oliveira (2010, p. 42), "os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada".

Dessa forma, acredita-se que um estudo desta natureza contribuirá para avanços teórico-metodológicos no campo do patrimônio, da educação e da museologia, na medida em que além da sua determinação e conceituação, se evidenciam as formas de pensar e fazer a museologia de forma integrada, enraizadas nos territórios, nas culturas locais e identidades⁵, evidenciando desta forma as complexas relações sociais que lhe subjazem.

Por conseguinte, embora não haja um consenso, entende-se que a teoria da Museologia Social está indissociavelmente conectada com a prática, ou seja com a ação museológica, uma vez que a pesquisa abrange necessariamente um envolvimento social recorrente no campo do patrimônio cultural, no seio da comunidade ou território integrados, em uma permanência recíproca.

O presente estudo está dividido em três seções, a primeira trata acerca da museologia social, seu surgimento, acepções e inovações, em seguida dedicou-se uma seção à explanação e diferenciação dos museus de território, museu comunitário e ecomuseu como novos processos museológicos e, por último, uma seção destinada à justificação e demonstração da utilização do inventário participativo como um modelo de preservação e educação patrimonial, intimamente conectado com a museologia social e o desenvolvimento local e, ainda, a proposição de um roteiro metodológico e os desafios para sua aplicação.

2. Problematicando as mudanças operadas pela Museologia Social

A Museologia Social e a Nova Museologia possuem uma relação de interdependência e de reciprocidade, que se traduziu num processo gradual e paulatino que representou uma enorme mudança na perspectiva de como estudar e fazer a museologia, introduzindo conceitos que, mais tarde, vieram a compor a essência do pensamento museológico social.

Assim, a Mesa de Santiago, em 1972, potencializou um sentimento crescente ao considerar a intervenção e a mudança social como uma prioridade para a museologia. Dessa forma, impulsionou uma profunda mudança de paradigma, onde a importância das coleções como formadora dos processos museológicos cede lugar à compreensão da cultura como criadora das condições necessárias para o desenvolvimento e sustentabilidade (CÂNDIDO, 2008).

Essa Nova Museologia instiga uma nova posição dessacralizada dos museus e o seu lugar é cada vez mais entendido como um agente do campo patrimonial (material e imaterial, cultural e natural) (Bourdieu, 1997), participando da luta pela significação da vida nas comunidades e nos seus territórios, envolvendo-as ativamente na estruturação do social (Barbuy, 1989).

⁵ Para Castells (1999, p. 22), "entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo". Por sua vez, Oliveira (2004, p. 139) afirma que a identidade cultural é um "sentimento de pertencimento".

Como consequência, a memória ganhou lugar de destaque na museologia, como uma memória coletiva híbrida, dentro de um plano social, que representa:

(...) um repertório das experiências sociais acumuladas, transformadas então em patrimônio coletivo, do qual o indivíduo e a sociedade lançam mão para responder aos processos atuais (PRIOSTI, 2010, p. 20).

Assim, especialmente para a Nova Museologia e, posteriormente para a Museologia Social, o campo da museologia não é outro senão o da memória.

Portanto, os conceitos de função e inclusão social do museu também foram deveras importantes para modificar a relação entre a comunidade e o museu, alterando-se o clássico trinômio “prédio, público e coleção”, para “espaço vivido, patrimônio nele existente e comunidade participante” (PRIOSTI, 2010).

Não obstante, ainda não há consenso em se determinar se a função social é um aspecto próprio à Museologia em si, especialmente à Nova Museologia, ou se representa uma inovação e o surgimento de um novo tipo de museologia, denominada Museologia Social.

O primeiro entendimento é de que a função social do museu é parte essencial e intrínseca ao pensamento museológico, ou seja, para Russio (1977, p.133) “a organização do museu não pode alienar-se do processo social, como um todo; é esta atitude esquiva de alheamento que o vem condenando, sistematicamente, ao esquecimento”.

Já para Moutinho (1993, p. 7), “o conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.” E, ainda:

A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. O alargamento da noção de patrimônio, é a consequente redefinição de “objecto museológico”, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das “novas tecnologias” de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada (MOUTINHO, 1993, p. 8).

Citado por Mário Moutinho, o Diretor Geral da Unesco, Frederic Mayor, na abertura da XV Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus – ICOM, entende que:

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, tem cada vez mais – e alguns disso se inquietam – dado lugar

a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica (MAYOR, F, 1993, in MOUTINHO, 1993: p.5).

Para Wichers (2011), a perspectiva básica da Sociomuseologia ou da Museologia Social é a de que a sociedade deve ser o foco do processo museológico, incluindo agendas e questões acerca do desenvolvimento social das comunidades, relacionadas a uma teoria do conhecimento de base idealista, onde há uma construção conjunta do conhecimento, associada a uma teoria da aprendizagem que vê o indivíduo como agente ativo.

Desse modo, a sua importância reside principalmente como uma ferramenta de apropriação da realidade, da preservação processual do patrimônio e de desenvolvimento local sustentável, com o intuito de:

(...) alargar os conceitos de museu para além da coleção, do prédio e do público, trazendo a possibilidade de pensar a memória híbrida, produto da relação entre diversos, articulada com uma museologia que educa e liberta as forças vivas da comunidade (PRIOSTI, 2010, p.239).

Assim, não obstante o ponto de vista utilizado para abordar o tema, percebe-se que a instituição museu passou por uma mudança profunda em sua concepção, revelando-se como uma entidade aberta, em uma relação orgânica com o lugar e o contexto social em que está inserida, bem como com os diversos agentes locais, onde se incluem as populações. Tal fenômeno consequentemente deu lugar a novos processos museológicos, como os museus *sans murs*, os museus comunitários e os ecomuseus.

3. Novos processos museológicos: Museu de Território, Museu Comunitário e Ecomuseu

A problematização efetuada em torno da Museologia Social e o reconhecimento da sua importância, para a compreensão do campo patrimonial contemporâneo, permite-nos, agora, fundamentar os modernos processos museológicos, aqui representados pelo Museu de Território, pelo Museu Comunitário e pelo Ecomuseu. É sabido, que esses processos possuem inúmeras confluências. Entre elas, a expansão do seu espaço ou lugar físico, abandonando as tradicionais barreiras impostas pelos muros das instituições clássicas.

Para Chagas, essa necessidade de se expandir o espaço musealizado é premente.

A cada dia assenta-se mais a noção de que a sobrevivência da instituição museal depende da sua capacidade de, enquanto espaço cultural aberto e público, abrir-se para o tempo presente, para aquilo que de museológico existe fora dos limites espaciais do museu institucionalizado (CHAGAS, 1996, p. 99).

Assim, para Davis (2011, p. 17, tradução nossa):

O museu não é mais uma construção cheia de objetos e gerida por curadores; é um mecanismo para documentação, conservação, interpretação e educação, e não tem limites geográficos.

Tal maneira de enxergar o museu, altera, portanto, o próprio conceito de lugar na museologia, que passa de um conceito extremamente simples, significando um limite geográfico, para um conceito com conotações muito mais complexas.

A complexa natureza do lugar envolve subsídios patrimoniais, tanto tangíveis quanto intangíveis, contribuindo para o nosso 'senso de lugar'; esses elementos fornecem um caráter único ao nosso meio, ao qual podemos responder como indivíduos ou como comunidades (DAVIS, 2011, p. 3, tradução nossa).

Outro ponto em comum desses processos museológicos, é a ideia de uma comunidade participante, que é, ao mesmo tempo, autora e beneficiária do processo museológico, transformando a realidade em prol de um desenvolvimento local e construindo e gestando a sua própria memória social. Isto posto, o museu agrega o valor de uma instituição em contínua construção, preservando a identidade de uma determinada comunidade ou território e a memória dos modos próprios e singulares de vida (PRIOSTI, 2010).

Do mesmo modo, para Barbuy, a comunidade é em si mesmo, sujeito e herança, e o museu tem o potencial "de aumentar a capacidade de uma coletividade, de projetar seu próprio futuro e de ser sujeito ativo – e não passivo – de sua própria história, a partir da consciência que passa a ter de si mesma" (BARBUY, 1989, p. 36).

Não é tarefa fácil (e talvez nem seja o desejo da comunidade acadêmica e científica), diferenciar os modernos processos museológicos, visto que possuem características fluídas, que se entrelaçam e se distanciam a depender do caso concreto.

Para Lersch e Ocampo (2004), "o museu comunitário é uma opção diferente do "mainstream museum" ou museu tradicional." Assim:

O museu comunitário tem uma genealogia diferente: suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade. O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória (LERSCH; OCAMPO, 2004, p.3).

Por sua vez, para Varine (2002, p.186 e 187) :

Um museu-território é a expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma iniciativa e a autoridade que o controla: associação, mecenas, administração local, instituição científica, agência do desenvolvimento, programa de turismo cultural, etc. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau.

Rivière (1980, p.443 a 445) define um ecomuseu como:

Um ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as instalações, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes, suas competências. Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser mais bem compreendida, no respeito do seu trabalho, dos seus comportamentos, da sua intimidade. Uma expressão do homem e da natureza. O homem interpretado no seu meio natural. A natureza interpretada no seu estado selvagem, mas também na medida em que a sociedade tradicional e a sociedade industrial adaptaram-na à sua imagem.

Porfim, ao relacionar ecomuseu e território, Davis (2011, p.5, tradução nossa) afirma que:

Território não é somente uma indicação dos limites geográficos do ecomuseu, mas tem conotação de sujeitos e comunidades com os quais o museu se relaciona. Consequentemente, o 'eco' em ecomuseu exige uma considerável flexibilidade; deve se referir não só à dimensão espacial, mas às mudanças e interconexões temporais. O ecomuseu não só abrange tudo aquilo que compõe a área geográfica, mas enfatiza a complexa teia de conexões entre os sistemas físicos, químicos e biológicos e a atividade humana.

Logo, percebe-se que os modernos processos museológicos possuem conceitos fluídos e por vezes aglutinados, e que muito mais importante do que singularizá-los e pormenorizá-los é reconhecer a sua importância como instrumento a serviço do desenvolvimento comunitário local e como equipamento cultural capaz de preservar a identidade, a memória e o patrimônio.

4. Os desafios do Inventário Participativo

É preciso, antes de mais nada, ter em mente que o Inventário Participativo faz parte de um longo processo de observação, diálogo e mediação entre os profissionais museólogos e a comunidade com a qual pretendem trabalhar.

Antes mesmo de aventar-se a realização do inventário e para obter-se uma real e efetiva participação da comunidade, é preciso, primeiramente, observar, conhecer e compreender o modo de vida e os interesses da comunidade, de forma a envolvê-la em torno de questões que perpassam os conceitos já delineados, quais sejam, patrimônio, memória, identidade, território e museu e, inclusive, conceitos elementares e fundamentais, como a cidadania⁶ e a dignidade.

É prudente e razoável também que, para a proposição de um Inventário Participativo, realize-se uma série de ações museais, entendidas como “todas as formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local” (IBRAM; OEI, 2016, p. 29).

Essas ações podem englobar diversas técnicas participativas, desde rodas de conversa, exposições itinerantes, festivais e feiras, até campeonatos, entre outros, e devem ser uma forma criativa e lúdica de envolver a comunidade e incentivar o resgate e valorização de suas referências culturais, memórias, identidades e tradições culturais.

A partir dessas ações, de cunho educacional, é possível à comunidade se apropriar e refletir sobre a sua memória e identidade, e os aspectos únicos e singulares que as diferenciam de quaisquer outras, para assim desenvolverem a ideia de patrimônio integralizado a um território reconhecido como próprio e peculiar.

Aqui, faz-se importante salientar, os conceitos e os novos rumos e direção que a educação museal e patrimonial vem tomando nas últimas décadas, aproximando-se da Museologia Social, em favor do reconhecimento das diferenças culturais e em detrimento do conceito estático e tradicional de museu.

Assim, para Freire (1970), ao se falar em qualquer tipo de ação educativa, é imprescindível que se assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, onde a comunidade é produtora de saberes, reconhecendo suas referências culturais, estas, por sua vez, inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Trata-se de uma ação transformadora dos sujeitos

⁶ Para Marshall (1967, p. 28), a cidadania exige “um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização, que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos”.

no mundo e não de uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única, onde os educandos são meros consumidores de informações, modelo denominado de “educação bancária”.

É preciso valorizar os saberes locais das comunidades, as suas racionalidades e percepções (Alves, et al., 2012) sobre os fenômenos patrimoniais. As populações detêm conhecimentos diversos que mobilizam no seu cotidiano para produzir sentido sobre a realidade vivida. É preciso partir desses conhecimentos e da sua valorização para compreender as culturas locais e as preservar.

O principal entendimento que atravessa transversalmente as novas formas de educação museal e patrimonial é a ideia de mediação. Ideia que também percorre o processo de Inventário Participativo, sendo, portanto, indispensável.

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo (IPHAN, 2014, p. 22).

Santos (1993, p. 99) entende que:

A relação entre museu e educação é intrínseca, uma vez que a instituição museu não tem como fim último apenas o armazenamento e a conservação, mas, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo preservado, pela sociedade, para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente. Nesse sentido, a própria concepção do museu é educativa, pois, o seu objetivo maior será contribuir para o exercício da cidadania, colaborando para que o cidadão possa se apropriar e preservar o seu patrimônio, pois ele deverá ser a base para toda a transformação que virá no processo de construção e reconstrução da sociedade, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante.

Desse modo, trata-se de uma abordagem mais complexa e integrada das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura, de forma a potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos, partindo das referências culturais locais para alcançar processos sociais e culturais mais amplos e onde cada sujeito, a partir de suas próprias vivências e experiências, possa contemplar, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural ao seu redor.

Nesse diapasão, observa-se que o Inventário Participativo, cuja finalidade primária é a educação patrimonial, possui um forte caráter de protagonismo social. Por essa lógica, podemos defini-lo como um processo “no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro

das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais” (IBRAM; OEI, 2016, p. 39).

Nesse mesmo sentido, Priosti (2010, p.67) entende que:

O inventário Participativo não se resume à aplicação de questionários na comunidade, mas deve ser entendido como uma tentativa de envolver principalmente os atores sociais (moradores, estudantes, artistas, educadores, líderes comunitários, entre outros) e os atores econômicos, com a perspectiva de retomar o desenvolvimento da localidade, gerando riqueza material, cultural e espiritual aos seus habitantes, a partir do patrimônio local.

Assim, o inventário é extremamente significativo, uma vez que é ferramenta capaz de distinguir e preservar os bens culturais, por vezes relegados, por vezes esquecidos, de uma comunidade.

O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta (IPHAN, 2016, p. 8).

Diante disso, percebe-se, que o maior diferencial no método do inventário participativo reside nas ideias de mediação e protagonismo social. Isso pois, essas ideias revelam, como principal característica desse tipo de inventário, a atuação da comunidade como sujeito e como autora do processo e da transformação social inerente a ele. Essa nova abordagem de um método tradicionalmente utilizado pela museologia, revela-se, então, como um exercício de cidadania e de democracia representativa e participativa, uma vez que, com o uso de novos métodos e técnicas, o inventário deixa de ser realizado “sobre ou para” a comunidade, e passa a ser realizado “com” a comunidade.

A ideia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a ideia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e colectiva assentes na autonomia e no auto-governo, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo na produção socialmente útil.

(...) A nova cidadania, tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a ideia da igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade (SANTOS, 1991, p.170 e 188).

No entanto, dentre as dificuldades e limitações encontradas nesse tipo de processo está o desafio de encontrar um consenso dentro de uma comunidade diversa e plural. É preciso trabalhar em um diálogo forte e sensível para buscar pontos de interesse e aproximação. Outro desafio é buscar

contemplar de forma justa e abrangente os indivíduos da comunidade, considerando suas multiplicidades, suas particularidades e seus pontos de conflito. Ademais, é preciso manter o engajamento dessa comunidade durante todo o processo, que demanda tempo, reflexão e a criação de laços profundos entre os indivíduos e o patrimônio que os cerca e que os une.

Por outro lado, entre as potencialidades de um projeto desta natureza, está o fato de que, uma vez que a comunidade é sujeito ativo do processo, é capaz de empoderar-se e apropriar-se plenamente dele, de uma maneira que seria impossível no modelo tradicional, dada a necessária interferência de terceiros. Ou seja, o inventário participativo diminui o abismo entre o sujeito e a ação, permitindo uma aproximação entre estes e o patrimônio a ser inventariado, estudado e preservado. Assim, esse método é capaz de elevar a auto-estima da comunidade, promovendo a consciência coletiva e estimulando uma transformação de “dentro para fora”.

Como um dos resultados possíveis, portanto, podemos trazer o conceito de ecologia dos saberes, que baseia-se na ideia de que o conhecimento, na verdade, é interconhecimento. Para Santos (2007), existe uma pluralidade de formas de conhecimento que se cruzam, sejam eles científicos ou não-científicos, e a ideia é promover a interação e a interdependência entre esses saberes, de uma maneira contra-hegemônica. Através do inventário participativo, é possível empregar os conceitos, conhecimentos científicos e consensos da sociedade em geral, bem como os conhecimentos não-científicos, as crenças, únicas e próprias do local e da cultura da comunidade, para se entender o patrimônio, seu significado, sua importância, amplitude e meios de preservação, em um método contra-hegemônico, ou seja, em um modelo não imposto, genérico, parcial e de “cima para baixo”. Assim, essa ecologia dos saberes, concretizada através do inventário participativo, é capaz de sublimar a memória viva da comunidade, em um processo contínuo e permanente de diálogo e troca de saberes, em um processo de resistência e emancipação.

Perante a transformação do cotidiano em uma rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimento e protagonismo pessoal e grupal. Daí a nova relação entre subjectividade e cidadania (SANTOS, 1991, p.167).

Esses conhecimentos, que também são denominados por alguns autores de racionalidades periciais e racionalidades leigas (Alves & Nicolau, 2017; Lopes, 2007), em ações que utilizam o exercício legítimo de ambos, como é o caso do inventário participativo, apontam para uma coexistência desses saberes.

Com efeito, os saberes accionados nas praticas leigas, mesmo quando incorporam referencias periciais, nunca sao evocados como cognicoes detentoras de um estatuto

de saber, em sentido universalizante, mas sobretudo como cognições práticas instrumentalizáveis em quadros de ocorrências bem controladas por familiarização. A legitimidade evocada para essas cognições restringe o seu âmbito ao quadro da legitimidade leiga, sem pressupor qualquer confronto com a legitimidade pericial ou qualquer pretensão de rivalizar com esta. Esta demarcação dos espaços de exercício de cada uma das legitimidades assinala, assim, as condições sociais que compatibilizam a coexistência entre quadros de racionalidade leiga e pericial intervenientes num mesmo universo (LOPES, 2007, p. 133).

Ao recomendar-se uma metodologia de Inventário Participativo, não se trata aqui, de modo algum, da “invenção da roda”, mas apenas de uma sugestão de métodos, experiências e práticas, uma vez que diversas metodologias já foram amplamente discutidas por inúmeros autores e instituições em incontáveis publicações. Propõe-se uma espécie de “roteiro metodológico” que se entende ser o mais adequado para a obtenção dos resultados pretendidos. Estamos assim a propor possibilidades a serem aplicadas e utilizadas como guias de uma aproximação com a comunidade e abordagem sobre o seu patrimônio. Por outro lado, a realidade apresenta desafios imprevistos e particularidades próprias, dos costumes e cultura locais, que exigem, invariavelmente, adaptação, sensibilidade e escuta atenta. Ademais, também é preciso se ter em mente, que, por se tratar de um método participativo, este está sujeito às vontades, desejos e necessidades da comunidade. O que significa que não só o cronograma, mas até mesmo o ritmo, as etapas e os objetivos pretendidos podem sofrer diversas modificações e alterações, o que não representa, de modo algum, fracasso ou falha no processo. Significa apenas que, como todo projeto de cunho social, este é tanto afetado pelos sujeitos, como os afeta indistintamente. Trata-se de um ciclo, em que as etapas são processos em si mesmo e em que as metas e os resultados são obtidos a várias mãos.

Retornando-se ao roteiro, de modo a organizar o processo, este é composto, em uma visão sistemática, por seis etapas. Primeiramente, é essencial identificar os mediadores, os líderes, e as pessoas e órgãos que são considerados como representações e expressões culturais e sociais naquela comunidade ou território. Geralmente, é fácil identificá-los, pois, são nomes que aparecem de forma recorrente nas conversas e nas pesquisas realizadas, sendo, normalmente, aqueles indivíduos ou instituições que tem uma participação ativa e presente no cotidiano daquelas pessoas. Podem ser desde parteiras a professores, desde associações de moradores ou de pescadores a museus ou centros culturais.

A próxima etapa engloba a estruturação e organização técnicas, como a delimitação da equipe responsável e dos gestores, a captação dos materiais e recursos necessários, a elaboração de um cronograma, a realização de visitas e a obtenção das autorizações necessárias para o início da pesquisa. Em seguida, parte-se para a pesquisa de campo, onde os questionários do inventário serão efetivamente

aplicados e onde o trabalho em conjunto será extremamente relevante para a obtenção de um bom resultado. Isso, pois, cada pessoa de uma comunidade pode ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural e quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o conhecimento sobre os seus significados e o seu papel na comunidade.

É importante salientar, que as fichas de inventário devem ser adaptadas aos diferentes bens culturais pesquisados, ou seja, a ficha utilizada para inventariar danças e celebrações é distinta daquela utilizada para registrar objetos e lugares, por exemplo. Assim, quanto melhor adequada a ficha aos bens culturais e à comunidade e território, mais fácil será obter as respostas e catalogar e documentar os resultados.

É relevante, também, que dentre as pessoas pesquisadas haja representantes das diversas culturas em presença e que tenham vivenciado as referências culturais estudadas, das mais diversas formas, ou seja, pessoas com idades, etnias, gêneros, classes sociais, composições familiares, religiões e naturalidades diversas, dentre muitos outros aspectos. Isso garantirá que a voz, principalmente das minorias e daqueles indivíduos considerados “invisíveis” ou marginalizados, seja ouvida, de forma a se obter resultados o mais próximos possíveis das diversas interpretações da realidade presentes naquele contexto.

Portanto, o traço mais significativo do Inventário Participativo é a promoção da diversidade cultural e da tolerância, pois, conforme já mencionado, para Priosti (2010), a memória híbrida é propriamente o exercício de uma memória singular, capaz de afirmar os valores da comunidade, ou seja, essa memória é criada a partir dos valores em comum, que só podem ser alicerçados na empatia e respeito mútuo. Embora cada indivíduo possua sua subjetividade, existe uma singularidade coletiva que advém do abrandamento das tensões entre os indivíduos culturalmente diversos, de modo a produzir subjetividades individuais e coletivas que se complementam.

Uma etapa imprescindível é a de obter a participação das populações e agentes locais no processo de inventário, bem como o consentimento informado dos entrevistados, para a utilização de sua fala, em cada um dos meios utilizados para obtê-las, seja físico ou digital. A proteção jurídica desses dados e a ética durante a sua obtenção serão determinantes em etapas futuras.

A etapa da documentação, por sua vez, é bastante técnica e irá registrar todas as informações colhidas do modo mais fidedigno possível, procurando manter a integridade das respostas e seus sentidos originais. Deverão ser reunidas as entrevistas, áudios, imagens, vídeos, desenhos, procurando-se diversificar os meios de documentação, para que, assim, eles possam ser utilizados pela comunidade, por pesquisadores, artistas, órgãos e instituições das mais variadas maneiras, enriquecendo e acrescentando as formas de divulgação do inventário realizado.

Passa-se, em seguida, à etapa de análise e interpretação dos dados, informações e materiais coletados. Essa etapa é crucial, pois a interpretação deve ser feita à luz do contexto social, político, econômico e cultural e dos valores e das subjetividades da comunidade. Isso só será possível com a participação e discussão dos dados obtidos com a comunidade, em um processo reflexivo e dialógico, onde a comunidade filtra as informações pelas lentes de suas próprias vivências e experiências, pelas lentes do seu cotidiano. Uma tarefa desta natureza é bastante minuciosa e complexa, devido à pluralidade dos interesses e das variáveis em questão. É preciso constantemente buscar responder tais questionamentos: “É isso o que a comunidade espera do inventário?”; “Seus desejos, valores e sua história estão sendo respeitados e contemplados?”; “São esses objetos, construções e saberes que a comunidade considera como seu patrimônio e seu legado?”; “As informações coletadas representam, de forma fidedigna, a pluralidade de vozes da comunidade?”; “A comunidade é a protagonista e o sujeito do processo?”; dentre muitos outros, buscando registrar os erros e acertos, ou seja, as dificuldades, desafios, potencialidades e forças encontradas.

Por fim, passa-se à última etapa, que é a divulgação. Nessa etapa, é importante pensar em formas de retornar os resultados obtidos à comunidade e às pessoas envolvidas. Não se afasta a relevância da divulgação dos resultados à comunidade científica ou aos órgãos e instituições sociais e políticos, a nível regional ou nacional, mas é preciso ter em mente que, é às pessoas daquela comunidade ou território, antes de quaisquer outras, que o inventário possui maior sentido e magnitude. Efetivamente, elas são o início e o fim primordial do Inventário Participativo. As referências culturais coletadas são essencialmente produzidas e valorizadas por elas. Portanto, a preservação, “por” e “para” essas pessoas, é muito mais sensível e pungente que para todas as demais.

Assim, é pertinente estabelecer formas de apresentações e ações socioeducativas, como exposições, eventos, feiras, catálogos, e até mesmo o desenvolvimento de sítios eletrônicos, através de museus virtuais, por exemplo, e aplicativos. O fundamental é conectar-se com a comunidade e consolidar os vínculos entre as pessoas e o seu patrimônio.

Logo, temos que:

Na medida em que a pesquisa trata explicitamente da libertação das subjetividades coletivas, o pesquisador e os pesquisados são a um só tempo os promotores e os beneficiários da ação, ou seja, com a pesquisa-ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (PRIOSTI, 2010, p.12).

É nesse diapasão, que a expressão de Varine, *maîtriser le changement*, comporta todo o sentido, pois a comunidade é capaz de controlar a mudança, ao invés de apenas sujeitar-se a ela, pois o

desenvolvimento social repousa, em grande parte, sobre a participação ativa e criativa das comunidades locais (VARINE, 2007, p.10).

5. Considerações finais

A partir de uma abordagem da Museologia Social e considerando suas relações com a Nova Museologia, discorreu-se sobre o surgimento, na segunda metade do século passado, de modernos processos museológicos, onde se destacam o Museu de Território, o Museu Comunitário e o Ecomuseu, para, a partir desses processos e conceitos, propor um modelo de Inventário Participativo que os integrasse e permitisse desenvolver um guia de valorização dos patrimônios (materiais e imateriais) concebido na esteira da interdisciplinaridade, da ecologia de saberes e sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Verificou-se que, através da Museologia Social, o museu tornou-se uma entidade essencialmente social, cujo enfoque está em estudar, pesquisar, conservar, comunicar e expôr o patrimônio cultural, propiciando um espaço de colaboração e protagonismo à comunidade, em prol do desenvolvimento sustentável⁷ local.

Assim, buscou-se desenvolver uma proposta de Inventário Participativo intimamente conectada com a construção da memória social e a preservação da identidade local, através de métodos e práticas adequadas à realidade que se quer transformar, por meio da pesquisa-ação⁸ em suas mais variadas vertentes, com a participação da comunidade, com a execução de um processo educativo patrimonial e com o estímulo ao desenvolvimento sustentável.

⁷ Para Brown (1981, p. 20), “[...] uma sociedade sustentável é aquela que pode satisfazer as suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras”. Assim, o desenvolvimento sustentável é “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 19).

⁸ A “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005, p. 447). Assim, para Vergara (2006, p. 49), a “pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social. Quanto aos fins é, portanto, intervencionista”.

Referências

- ALVES, Fátima; ARAÚJO, M. José; AZEITEIRO, Ulisses. Cidadania ambiental e participação: o diálogo e articulação entre distintos saberes-poderes in *Revista Saúde em Debate*, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, CEBES. Rio de Janeiro, v. 36, (n. especial de Junho Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios da Rio+20), 2012. P. 46-54. Disponível em: <http://www.cebex.org.br/media/File/Revista_Saude_em_Debate%20-%20Rio+20.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ALVES, Fátima; NICOLAU, K. W. Racionalidades Leigas e Governança da Saúde Mental em Portugal. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 21, n. 63, 20 jul. 2017. P. 799-810. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0877>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BARBUY, Heloisa. Museu e geração de cultura. *Cadernos Museológicos*, MinC / SPHAN / Pró-Memória, Rio de Janeiro, v. 2, 1989. P. 36-40.
- BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Tradução Mateus S. Soares de Azevedo et al. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BROWN, L. *Building a Sustainable Society*. Washington, DC: World watch Institute, 1981.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. As Ondas do Pensamento Museológico: balanço da produção brasileira. *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento – Propostas e Reflexões Museológicas*. São Cristóvão: MAX/UFS, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.
- DESVALLEES, Andre; MAIRESSE, Francois. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.
- DAVIS, Peter. *Ecomuseums: A Sense of Place*. 2. ed. Londres: Continuum, 2011.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Introducción a La nueva museologia*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.42-55, 2010. Semestral. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.50.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 10 out. 2019.

- IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus.; OEI, Organização dos Estados Ibero- americanos para a Educação a Ciência e a Cultura. *Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social*. Brasília: Phábrica, 2016.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília, 2014.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*. Brasília, 2016.
- LERSCH, Teresa Morales.; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. El concepto del museo comunitario: ¿historia viviente o memoria para transformar la historia? In: *Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas*. Cidade do Kansas: [s.n.], 2004.
- LOPES, Noémia Mendes. Automedicação, saberes e racionalidades leigas em mudança. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S. l.], Outubro 2007.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia*, 1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1993. P. 05-06.
- NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.
- OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 2004.
- PRIOSTI, Odalice Miranda. *Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência*. 2010. 387 p. Tese (Pós-graduação em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RIVIÈRE, Georges-Henri. *Definição Evolutiva de Ecomuseu*. 1980. Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-evolutiva-de-ecomuseu-por.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- RUSSIO, Waldisa. *Museu? Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. 1977. Dissertação (Mestrado) — FESP, São Paulo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S. l.], Outubro 2007.
- _____. Subjectividade, Cidadania e Emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S. l.], Junho 1991.
- SANTOS, Maria Célia. *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

- TRIPP, David. Pesquisa-acao: uma introducao metodologica. *Educacao e pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.
- VARINE, Hugues de. Patrimônio e educação popular. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 287 – 296, 2002.
- _____. Quelques idées sur le musée comme institution politique. In: *XII ATELIER INTERNACIONAL MINOM*, 2007, Lisboa/Setúbal. Disponível em: <http://musealogando.blogspot.com.br/2007/09/ideias-reflexo-de-hugues-de-varine-para.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatorios de pesquisa em administracao*. 7. ed. Sao Paulo: Atlas, 2006.
- WCED - World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) — USP, São Paulo.